



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 1ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 08 de maio de 2017, com início às onze horas e vinte e dois minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **PEDRO SAMPAIO** e com a presença dos vereadores: Alécio Espínola, Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Josias de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro, Valdecir Alcântara. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta a sessão e solicito ao senhor secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Ato da presidência nº 42/2017 convocando os vereadores pra sessão extraordinária pra deliberar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2017. **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Em discussão o único item da pauta. Em discussão e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2017 que aprova o parecer prévio do tribunal de contas do estado do Paraná que opina pela regularidade com ressalva das contas do poder executivo do município de Cascavel, referente ao exercício financeiro de 2014 de autoria da comissão de finanças a qual passo a palavra ao presidente da comissão de finanças. - Vereador Serginho Ribeiro: Nós analisamos o projeto, veio o parecer prévio do Tribunal de Contas aprovando as contas de 2014 do prefeito Edgar Bueno, então em exercício. Analisamos que houve 2 ressalvas: a falta de comprovação de regularidade previdenciária junto ao Ministério da Previdência social e também a falta de registro passivo atuarial nas contas do controle do sistema contábil ou incompatibilidade com laudo RPPS. Na sequência teve a correção, então a comissão resolveu aprovar as contas sendo que a parte técnica do Tribunal de Contas veio com 2 ressalvas, mas na sequência, aprovamos. Então, peço voto nominal. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Sampaio: Parabéns pelo trabalho da comissão. Vejo a aprovação do parecer de vocês com a ressalva aqui num dos itens com o voto do relator, ministro, o item falta de comprovação de regularidade previdenciária junto ao Ministério da Previdência social foi convertido em ressalva tendo em conta que o certificado de regularidade previdenciária foi apresentado e segundo a unidade técnica muito embora o certificado se refira ao período posterior, a análise o item pode ser regularizada eis que a possibilidade de emissão da certidão comprova que as medidas saneadoras foram tomadas pelo Poder Executivo de Cascavel e quanto ao item “falta de registro ao passivo” esse apontamento foi convertido em ressalva e a defesa comprovou ter efetuado o devido registro entretanto pode ter sido realizado somente em 2015. Percebo a intempestividade aqui na apresentação, essa ressalva vem pra aparcar que o poder público tem que ser sério e fazer os apontamentos e tratar essas matérias que envolvam o herbário, mas aqui não deu notório prejuízo ao erário, então parabéns a vocês. - Vereador Serginho Ribeiro: Importante que foram sanadas as ressalvas, foi colocada toda situação do Tribunal de Contas que realmente, tecnicamente tem toda propriedade na situação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. – Presidente: Agora quero convidar o senhor Edgar Bueno pra que possa fazer sua defesa neste processo. Isso é tradição, direito do gestor de participar desse processo e também já vi alguns comentários sobre o fato do ex-prefeito estar em nossa antessala e quero dizer que nossa



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

antessala sempre foi utilizada pra receber autoridades e não seria de outra maneira então que trataríamos essa questão, por isso o ex-prefeito Edgar Bueno estava esperando em nossa antessala em nome do respeito institucional que deve haver entre os poderes. Quero lembrar também que o ex-prefeito Edgar Bueno esteve presente perante a comissão de finanças discutindo esse parecer prévio pra que a Comissão de finanças pudesse elaborar esse projeto. Com a palavra Edgar Bueno. – Edgar Bueno: Primeiro, queria falar de um assunto que acho inerente a essa questão. Quando Salazar Barreiros saiu da prefeitura eu assumi em 2001. Quando um prefeito sai da prefeitura continua respondendo muita coisa durante 2 anos. Uma administração não termina no término do mandato do prefeito. A cidade continua em movimento e sempre tem obras que passam de uma administração pra outra. Por outro lado, cada obra que o prefeito anterior deixar de concluir por falta de tempo ou porque começou mais tarde o dinheiro tem que estar garantido pra aquela obra. Assumi em 2001, menos experiência política que hoje. O Luiz Frare que era secretário de finanças recebeu o primeiro ofício do Salazar pedindo uma documentação que precisa mandar pra o Tribunal de Contas. O Luiz Frare foi ao meu gabinete solicitou se eu autorizava e eu não tinha razão pra não autorizar a não ser que quisesse fazer perseguição política em cima do Salazar. Avisei ao Luiz Frare que quando viesse qualquer pedido de informação do Salazar que atendesse, colocasse tudo à disposição. Depois veio o Lísias Tomé e o Lísias, talvez por orientação de terceiros, orientaram o Lísias a consumir com os documentos que vinham do Tribunal de Contas pra mim. Senti a dureza de uma perseguição. Então, fui direto ao Tribunal de Contas pra mudarem o endereço toda vez que comunicassem à prefeitura que viesse cópia diretamente pra meu endereço pra não sofrer essa perseguição. Agora tem conta minha pra ser analisada. O Tribunal de Contas aprovou minhas contas. O Tribunal de Contas do Paraná, um dos mais rigorosos do Brasil com uma pequena ressalva que foi o atraso no pagamento que isso aconteceu em 2014 por uma questão de 15 dias. Em torno de 15, 20 dias foi resolvido esse problema, foi quitado. Fizemos uma defesa pra o Tribunal e o Tribunal considerou que estava tudo corretamente, aprovou nossas contas de 2014 com essa ressalva que eles não tiram, deixam como registro. Fui chamado aqui em fevereiro pela Comissão de finanças da Câmara que me chamou, respondi as perguntas que fizeram e fiquei sabendo que deram parecer favorável das minhas contas tecnicamente e inclusive tem pessoas especializadas pra analisar contas nessa comissão. Fiquei sabendo que esse parecer foi favorável à aprovação das minhas contas e que fica à disposição da Casa pra os demais vereadores a partir de 28/02. Quem quiser fazer uma análise mais profunda tem a comissão que já avaliou e pode ceder esses documentos. Fui convidado pra vir aqui, mas tomei a decisão de não vir. Falei: por que vou lá estragar uma coisa que já está boa, está tudo certo? A aprovação do Tribunal que é o mais difícil. Nem vim aqui, estava trabalhando, então recebi uma indicação que fiquei triste e preocupado o que também não sei se é verdade, que foi feita uma articulação política pra desaprovar minhas contas. O que eu incomodo? Estou cuidando da minha vida, trabalhando. Não sei por que essa preocupação da castração política tipo como era no regime militar. Se isso foi verdade, que houve articulação política exatamente do jeito que vou me sentir. Não acredito nisso, mas fiz um esforço e vim aqui pra fazer essas colocações que fiz e se o



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

presidente permitir eu queria colocar ao Plenário qualquer dúvida técnica que algum edil possa ter e que me possa perguntar também tecnicamente. Aqui temos 21 vereadores e que daqui a 4 anos vão ser julgados ou pela população ou pelos atos que, muitas vezes, não é nem erro de quem assinou, mas pode ser um erro técnico da equipe, mas quem paga é o eleito, o prefeito, vice, vereador. Quem paga pela não aprovação da Câmara é o presidente, sua diretoria. Daqui a 4 anos isso vira tudo de novo e politicamente sempre tive capacidade dessa e separar coisas administrativas técnicas e políticas. Na política jamais pensei em prejudicar alguém. Tecnicamente tive que tomar decisões que muitas desagradaram muita gente. Estou vindo aqui humildemente pedir a todos que façam como o Tribunal de Contas fez dando parecer pra aprovação, que ajam como a própria comissão da Casa fez dando parecer favorável além de fazer esse pedido que me sinto injustiçado se eu for julgado politicamente. Tecnicamente eu aceitaria ter que pagar por meus erros, mas como não cometi erros me sinto injustiçado. Se o presidente permitir, me coloco à disposição pra qualquer questionamento. – Presidente: Não precisa de minha permissão porque é garantido por lei o senhor estar aqui fazendo sua defesa como é direito dos senhores vereadores fazerem questionamentos. A única coisa que posso intervir é que esses questionamentos sejam única e exclusivamente a cerca do que é tratado no parecer do Tribunal de Contas. Agora possibilito aos senhores vereadores que quiserem fazer questionamento ao ex-prefeito Edgar Bueno. Abro a palavra aos senhores vereadores. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: O que você me diz das construções inacabadas do aeroporto, postos de saúde, escolas? O que faltou no seu governo pra que o dinheiro público fosse bem zelado? Percebi que algumas obras tinham sido pagas 80% e no fundo tinha 50% delas construídas. – Edgar Bueno: A obra do aeroporto, tínhamos dinheiro não do município. O município preparou apenas a terraplanagem, o local da obra. O dinheiro do Governo Federal e mais um pouco do Governo Estadual. A obra estava orçada em R\$ 7.200.000,00, participaram 17 empresas da licitação. A licitação não foi feita em Cascavel. A empresa que ganhou, irresponsavelmente na ânsia de ganhar a obra deu 30% de desconto. Quando vi isso falei: vamos ter problemas. Questionei eles, disseram que iam tocar a obra e faliram. Abandonaram a obra. Não posso no outro dia colocar outra empresa. Demora um tempo pra fazer projeto, orçamento, depois publico, daí a 60, 80 dias vai fazer a licitação. Tanto é verdade que se fosse fácil, o prefeito Paranhos já tinha resolvido. A questão do aeroporto é essa. Enfim, acho que acertam logo essa obra, e provavelmente o Governo do Estado e Governo Federal possam repassar esse dinheiro que está lá R\$ 4.000.000,00 à disposição dessa obra. Talvez repassem pra o município e o município possa fazer a licitação por aqui. Posto de saúde: vamos pegar o do Presidente. Aquele também foi uma empresa que ganhou a licitação e quando chegou a 70, 80% da obra ela abandonou e não temos mecanismo pra pegá-lo pelo pescoço e dizer: termine o contrato. Quando ele abandonou a obra imediatamente começamos o processo. Fizemos a licitação porque aí tem que ter outro orçamento. Quanto vai custar isso? Você em que partir de um orçamento. Essa parte, fizemos. Quando o Paranhos chegou era só mandar retomar a obra porque veio um trabalho de 4 meses antes preparando pra daí ele fazer isso. No Catarinense a mesma coisa. Temos que fazer uma



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

lei pra proteger as obras públicas porque vai chegar ali na frente e sempre vamos pegar pelo menor preço e a péssima qualidade do serviço porque é assim que a lei funciona. Tínhamos que mudar essa lei, exigir seguro, exigir que ela tenha lastro pra suportar uma obra daquela. Nunca pagamos nada adiantado. A gente só paga quando o técnico, engenheiro vai lá mede a obra, dá o atestado da medida, tem 10 dias pra que essa nota tramite e em 10 dias o dinheiro está lá automaticamente. Não precisa pedir nada pra o prefeito, secretário de finanças. Não existe pagamento de obra adiantado porque em todas as obras era respeitado esse trâmite do que fez, do que deixou de fazer. Temos obras paradas porque a empresa abandonou. Não teve prejuízo, só pagava depois da medição. Isso, posso garantir. Não teve nenhum prejuízo dado a comunidade. - Vereador Bocasanta: Não foi uma falha no edital de não ter colocado uma empresa que tivesse certo capital? Porque teve prejuízo pra cidade. Não foi uma falha não colocar no edital que essas empresas que vão tocar essas obras tinham que ter um passado? Porque essas 2 empresas que pegaram o Catarinense e o Presidente eram empresas que tinham 4 betoneiras e 40 metros de andaime. Não faltou administração pública neste sentido? – Edgar Bueno: Há um tempo quando a gente contratava uma obra ela exigia no edital um seguro, a lei não permite mais. Hoje as microempresas, a lei facilitou a vida delas, elas não precisam de justiça, de lastro de nada, elas têm direito a levar no mínimo 25% da obra. Se não mudar a lei 8666, vamos ter muito prejuízo pra sociedade. Defendo a ideia do capital mínimo, senão, elas não conseguem fazer e dão prejuízo. Uma das empresas que estavam fazendo o Presidente, nós abrimos 5, 6 processos contra ela e ela foi julgada e punida, mas imediatamente criou outro CNPJ e continuou pegando obra. E esse mesmo cidadão hoje está batendo na administração passada porque exigimos que ele fizesse as obras e ele não fazia e não tínhamos como barrá-lo. Parece que o processo dele está sendo relevado, esse mesmo cidadão se continuar assim vai dar muito prejuízo pra nova Administração. Vou até dizer o nome dele: Ozelame. É o cara que enrolou a prefeitura, não cumpriu seus contratos, foi punido e malandramente criou CNPJ diferente pra poder continuar logrando os cofres públicos, pegando obra e não concluindo. Esse é o maior prejuízo que podemos dar a sociedade. – Presidente: Não havendo mais nenhum questionamento dos vereadores agradeço a presença do Edgar Bueno e deixo a palavra livre pra considerações finais. – Edgar Bueno: Agradecer pela atenção de todos. O dia que me convocarem pra vir a Câmara pra gente discutir sobre todos os assuntos, pauta aberta pra que eu possa dizer aos vereadores algumas coisas que provavelmente têm dúvida pra eu vir esclarecer e ter a humildade de dizer: nisso nós erramos. E no que não erramos, ter o direito de nos defender. Queria me colocar à disposição pra estar presente o dia que os vereadores acharem melhor, estarei aqui com o maior prazer pra gente falar dos assuntos administrativos e tenho certeza que isso pode enriquecer, o debate esclarece, o debate dá oportunidade do contraponto e aí a gente pode esclarecer muita coisa pra população e nosso dever é tornar nossos hábitos cada vez mais transparentes, sejam eles mais polêmicos ou menos polêmicos, mas essa é nossa obrigação. A transparência do que fizemos no exercício do nosso mandato delegado pelo povo. Obrigado a todos. – Presidente: Obrigado. Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2017. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Molin: Só quero colocar pra vocês que foi colocado bastante sobre o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e lembrando que o STF decidiu através de recurso extraordinário nº 848826 e 729744 que a competência pra julgar as contas do prefeito é dos vereadores cabendo ao Tribunal auxiliar a Câmara. Foi falado muito do Tribunal, mas sabemos que a responsabilidade é nossa. O STF deixou claro que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná auxilia a Câmara, então não temos problema com o Tribunal de Contas, mas podemos decidir. Cada um decide como quer a votação. Ficar claro pra os senhores que temos a soberania neste momento pra essa votação. – Presidente: Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2017. Proceda votação nominal. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Jaime Vasatta, Mauro Seibert, Mazutti, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Romulo Quintino e Serginho Ribeiro). (Foram contrários os vereadores: Alécio Espínola, Bocasanta, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Josias de Souza, Misael Junior, Policial Madril e Valdecir Alcântara). – Secretário: 10 votos contrários e 9 favoráveis. – Presidente: Com 10 votos contrários e 9 favoráveis como estabelece o artigo 30 da nossa Lei Orgânica Municipal que afirma no seu inciso 1º que depende do voto favorável além de outros casos previstos nessa lei de 2/3 dos membros da Câmara a autorização pra rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas e a rejeição teve apenas 10 votos, então fica aprovado o parecer do Tribunal de Contas pra aprovação com ressalva das contas do município do ano de 2014. Sendo esse o único dessa sessão extraordinária, encerramos a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão extraordinária às onze horas e cinquenta e seis minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

**GUGU BUENO**

Presidente

**PEDRO SAMPAIO**

2º Secretário